



Handwritten signatures:
Aires Antunes
Arlindo Augusto
Gouveia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA TREZE DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE

Aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e seis membros, verificando-se as ausências dos deputados **Arlindo Augusto Gouveia** e **Aires Antunes Moreira Sá Ferreira**, que justificaram as suas faltas por motivos pessoais. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa e a Presidente da União das Freguesias de Paradela e Granjinha não puderam estar presentes e, por isso, fizeram-se representar, respetivamente, por **Faustino Jesus Macedo** (Secretário) e **António Joaquim Monteiro Ribeiro** (Secretário). -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, respetivamente, primeiro e segundo secretários. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente da Câmara, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelo Vereador **José Carlos Oliveira da Silva**. -----

Seguidamente, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual consta a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do mapa de pessoal de 2020 [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Eleição indireta do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte [cfr. artigos 3.º-B e 3.º-F, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, artigos 3.º, n.º 1, 5.º, n.ºs 1 e 2, e 14.º do Regulamento aprovado em anexo pela Portaria n.º 533/2020, de 28 de agosto, e n.º 1 do Despacho n.º 8703/2020, de 10 de setembro]. -----



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alva'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O Presidente da Assembleia Municipal informou que por se tratar de uma reunião extraordinária não se fará a leitura da ata da reunião anterior nem a votação da mesma, assim com não haverá um período de intervenção e esclarecimento do público. Mais informou, que o ponto um desta reunião foi solicitado pela Câmara Municipal e que o segundo ponto é decorrente da Lei. -----

De seguida, referindo-se ao assunto relacionado com o ponto dois da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia explicou que participarão no ato eleitoral os membros da Assembleia Municipal incluídos no caderno eleitoral, isto é, que se encontravam em funções até dia três de setembro, dia do encerramento do caderno eleitoral. Não participarão no ato eleitoral os membros que se encontram em substituição de membros incluídos no caderno eleitoral e cuja substituição tenha ocorrido após aquela data, ou seja, os Secretários em substituição dos Presidentes de Junta ou da União das Freguesias não poderão participar neste ato. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que deu as boas vindas a todos os presentes e deu conhecimento ao Plenário das ausências dos senhores Vereadores **Manuel dos Santos Costa** e **Luís Aguiar Ferreira**, por motivos pessoais, e do senhor Vereador **Rafael Pereira Santana** que não poderá estar presente na reunião, aquando da discussão do ponto um, por motivos profissionais, contudo, virá mais tarde apenas exercer o seu direito a voto para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte. -----

De seguida, referindo-se ao assunto relacionado com a **proposta de alteração do mapa de pessoal** agendada no **ponto um**, o senhor Presidente da Câmara explicou que a alteração ao mapa de pessoal foi aprovada na última Reunião de Câmara que ocorreu no pretérito dia nove do corrente mês, e se insere no âmbito da Lei do Orçamento do Estado que determinou a criação de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP). -----

Salientou ainda que, apesar de este processo ter começado em dois mil e dezoito, o Município de Tabuaço no âmbito de uma reorganização administrativa e de modernização administrativa que estava a ser levada a cabo esperou até ao final para perceber se as necessidades reais à época seriam as mesmas que agora se continuam a refletir. Continuou dizendo que o Mapa de Pessoal não comporta a totalidade das pessoas com vínculo precário que exercem funções e que correspondem às necessidades permanentes do Município daí ser necessário este reajuste de catorze Técnicos Superiores e nove Assistentes Operacionais. Referiu ainda que se trata não só de um custo para o Município que decorre de necessidades que se justificam e manifestam há uma série de anos a esta parte, mas também de uma questão de justiça e estabilidade regularizar esta situação, atendendo a que o Orçamento de Estado o permite sendo que



Handwritten signatures: Rui Paiva and Ape

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

para que essa regularização aconteça têm que cumprir uma série de condições, nomeadamente que exerçam ou tenham exercido funções no período entre um de janeiro a quatro de maio de dois mil e dezassete. -----

Conclui esta intervenção mencionando que existem algumas situações que atualmente se manifestam que não poderão ser contempladas pelo facto de não cumprirem a nível legislativo o vínculo naquele período e que serão a seu tempo também regularizadas de uma outra forma e de acordo com aquilo que serão os próprios imperativos legais. -----

O senhor da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

O deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** usou da palavra para afirmar que espera que todas as situações tenham sido bem acauteladas. Tendo em conta que a decisão foi tomada em termos de Reunião de Câmara por unanimidade, os requisitos fundamentais mais relevantes na Lei n.º 112/2017, que são o cabimento e a sustentabilidade dos postos de trabalho que vão integrar o Mapa de Pessoal estão salvaguardados. Concluiu a sua intervenção dizendo que espera que o processo concursal e tudo aquilo que lhe está subjacente corra da melhor forma e desejando aos futuros funcionários que cá estão ou que venham a estar que encarem a causa pública como algo bastante profícuo e realizador. -----

Terminadas as intervenções, este ponto foi colocado à votação do Plenário e aprovado por unanimidade. De referir que no momento da votação, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, não se encontrava presente na sala. -----

Seguidamente a senhora Secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata concernente ao ponto um da ordem do dia, a qual sujeita a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Posteriormente, e tendo em conta o ponto dois da ordem do dia alusivo à eleição indireta do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte (CCDR-N), o Presidente da Assembleia Municipal abriu este ponto a debate. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que deixou alguns apontamentos sobre todo o processo e sobre a sua opinião sobre estas eleições. Começou por dizer que esta alteração legislativa decorre de uma iniciativa do Governo no sentido de se caminhar para a descentralização ou regionalização do nosso país e um dos primeiros passos será as Comissões de Coordenação serem eleitas indiretamente ao invés da atual nomeação por parte do Governo e do senhor Primeiro-Ministro de quem o Presidente da Comissão de Coordenação depende diretamente. O que na sua opinião toda esta solução enferma na sua totalidade de um contrassenso completo, porque é um colégio eleitoral que vai



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

eleger, mas no dia de amanhã o senhor Primeiro-Ministro tem o poder de destituir o senhor Presidente da Comissão de Coordenação. Continuou dizendo que outra situação que leva à discordância se prende com o *timing* em que esta eleição ocorre, a um ano das eleições autárquicas e o colégio eleitoral é composto por autarcas, pelo que teria muito mais lógica acertar este calendário eleitoral com as eleições autárquicas. Deste modo, teríamos as eleições autárquicas, os novos órgãos seriam eleitos e posteriormente seriam esses novos órgãos eleitos a elegerem o Presidente da Comissão de Coordenação. -----

O Presidente da Câmara referiu ainda que numa fase de reprogramação do atual Quadro Comunitário e numa fase em que se fala na vinda de milhões de euros para o nosso país e grande parte desse dinheiro irá ser distribuído e repartido pelas Comissões de Coordenação teria toda a lógica e interesse que esta Direção da atual Comissão de Coordenação, atendendo à situação de excecionalidade que neste momento se está a experienciar, terminassem todo este período e ano, quer para a reprogramação do atual Quadro Comunitário, quer para a reprogramação forçada por causa da questão da COVID-19, quer também para se perceber aquilo que virá para cá daqui para a frente, até porque a estratégia já está pensada de há vários anos a esta parte e a atual Direção como já está em funções há quatro anos já tem um conhecimento profundo das situações. -----

Realçou ainda que outro problema está relacionado com o modelo em causa, porque não tem sentido fazer um ato eleitoral para o qual é marcada uma Assembleia Municipal com todo o custo que isso representa no país inteiro. -----

O Presidente da Câmara fez também alusão ao facto de não concordar com a conjuntura e a forma como o processo se foi desenvolvendo, uma vez que existiu um acordo entre os dois maiores partidos que retêm representatividade nos Municípios, o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD) e cuja solução encontrada por estes partidos, foi a da lista única a eleições. -----

Concluiu dizendo que não concorda com o processo em si, não se revê no próprio processo e entende que, quer estruturalmente quer conjunturalmente, deveria ter tudo acontecido de outra forma, no entanto o ato eleitoral fica à consciência de cada um. -----

De seguida foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que começou por dizer que iria ser mais radical que o Presidente da Câmara e que apesar de não viver no Município representa uma ínfima parte da consciência dos habitantes. Na sua opinião as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional quando aparecem, têm um erro de gênese, pertencem à Administração Central do Estado, são órgãos da Administração Periférica com âmbito de competência territorial, mas que estarão sempre na dependência do Governo Central, não têm autonomia, são órgãos desconcentrados e não descentralizados. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que ao anunciarem estas eleições como algo benéfico para as regiões é uma hipocrisia, já que os candidatos não



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Alva'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

foram escolhidos por acaso, não foram escolhidos por uma iniciativa, necessidade ou vontade, mas foram sugeridos/convidados. Eles até podem não ter culpa de terem sido sugeridos, mas vão ter culpa daqui para a frente nas decisões que tomarem, porque nunca poderão ter independência nessas decisões. Concluiu a sua intervenção dizendo que é vergonhoso e um desrespeito pelo órgão que representam o não aproveitamento das sessões que existem ao longo do ano para fazerem este tipo de votações e apelou ao Plenário não para não votarem, mas para votarem em branco ou nulo, como forma de descontentamento e para demonstrarem ao Governo Central que não adianta terem um discurso camaleónico ao dizer que se vai fazer mais pelo interior e que isto é o início da regionalização, porque isto é totalmente mentira e o Governo vai continuar a não cumprir a regionalização. -----

Seguidamente, usou da palavra o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** que referiu ter todo o respeito e apreço pelo que ouviu, mas custa-lhe classificar as palavras de apócrifas, isto porque tudo o que irá dizer é a mesma coisa. Disse não concordar com a maneira como foram escolhidos os nomes dos candidatos, através de um processo de nomeação encapotado que resulta de um acordo partidário entre o PS e o PSD, e que resultou em haver apenas uma lista em cada CCDR, exceto no Alentejo em que apareceu outra lista além da nomeada. Continuou dizendo que se verifica a existência de uma dissintonia ética e moral, que há uma falta de valores na sua globalidade e um sentido impositivo, um enviesamento democrático, já que se trata de uma eleição de faz de conta. Concluiu a sua intervenção dizendo que há quatro hipóteses de votar, sair da sala e não votar ou então ficar na sala e votar-se a favor, em branco ou nulo. -----

Interveio novamente o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para dizer que o seu voto irá representar a sua opinião. Disse ainda que a sociedade civil sabe dos conluios que os políticos andam sempre a arquitetar e cabe a todos os presentes na sala enquanto representantes desta região e do povo que nela vive terem cada vez mais de ter uma palavra a dizer. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Sendim que disse concordar com tudo o que foi dito anteriormente pelos senhores deputados. -----

Usou novamente da palavra o Presidente da Câmara, para referir que na sua opinião para ser verdadeiramente democrático este processo deveria ser votado por todos os municípios, mas isso não implicaria que mesmo assim o PS e o PSD não se juntassem e não escolhessem determinado candidato e que não aparecesse mais nenhuma lista. Referiu ainda que neste momento podem não ter aparecido mais listas porque o Governo deu um espaço temporal muito curto e também porque não havia experiência de como isto poderia acontecer. Isto não tem nada a ver com o interior, é um tratamento transversal a todo o país. Mais uma vez, voltou a frisar que não concorda com a estrutura de todo o



Luís Vitor
ref
Alva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

processo, nem com a conjuntura, mas também lhe parece que tem de haver um equilíbrio. -----

Interveio mais uma vez o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que referiu que o Presidente da Câmara era um otimista. E que talvez tenha sido mal-entendido nas suas intervenções anteriores. Disse que até pode concordar com a política de um ditador, mas não gosta de uma ditadura, nem nunca vai querer uma ditadura por mais que concorde com as ideias que o ditador tem. Voltou a referir o que tinha dito no início, que o problema que aqui está subjacente é as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional estarem na dependência hierárquica do Governo, pelo que se deveria alterar o estatuto jurídico destas entidades. Referiu ainda que mesmo havendo várias listas estes órgãos estarão na dependência hierárquica e serão superentendidos pela Administração Central, diretamente no seu topo pelo senhor Primeiro-Ministro e pelo Membro do Governo respetivo da área a que pertencem, e este é que é o problema. Na sua opinião todos os discursos descentralizadores e desconcentradores de poder acabam sempre por dar em nada e que estas tomadas de decisão e estas atitudes por parte do Governo Central são uma falta de respeito tanto para as Câmaras Municipais, para as Assembleias Municipais como para as Juntas de Freguesia. Terminou a sua intervenção dizendo que se querem que as Comissões de Coordenação estejam na vanguarda da regionalização deveriam alterar o estatuto jurídico destas Comissões para que deixem de ter dependência direta do Governo e dessa forma seja qual for a lista que venha a ser eleita indireta ou diretamente irá ter mais autonomia para tomar decisões de acordo com as necessidades dos territórios sobre os quais elas têm competências. -----

Usou novamente da palavra o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** para mencionar que não quer pensar que irá haver revanchismos políticos por parte de quem vai ser eleito em função dos resultados que obteve em qualquer parte do país. -----

Interveio novamente o Presidente da Câmara dizendo não se tratar de haver otimismo ou negativismo, mas apenas o constatar da realidade. Frisando mais uma vez a sua completa discordância principalmente com o modelo que é a Comissão de Coordenação e de continuar a depender daquilo que é o Governo e o senhor Primeiro-Ministro como tem acontecido até agora. Realçou ainda que estava única e exclusivamente a manifestar a sua opinião relativamente a toda esta situação, sem querer, de forma alguma influenciar o que quer que seja até porque tem sido um dos mais críticos em todos os fóruns relativamente a este assunto. -----

Foi dada a palavra novamente ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que apelou ao Plenário para terem uma posição firme relativamente a estas situações e para terem em consideração as intervenções feitas aquando da votação. -----



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Por último interveio o Presidente da Assembleia Municipal para dizer que concorda com quase tudo o que foi dito pelos intervenientes. Manifestando que quer acreditar que este é um primeiro passo para a regionalização e é um processo que dada a conjuntura onde estamos e apesar de algumas figuras do Estado não serem propriamente fãs deste processo, tudo levará a crer que irá ser um processo um pouco mais alargado. -----

Disse ainda que, a regionalização é um processo que está enfermo de alguns vícios e de alguns erros, que já aqui foram apontados, no entanto na sua opinião há duas situações que se podem interpretar como uma luz ao fundo do túnel. A primeira é a possibilidade deste Plenário, embora esteja condicionado e de o reflexo do trabalho da CCDR estar sempre condicionado pela sua tutela, ter uma palavra a dizer. O segundo tem a ver com este sinal de abertura à participação, que apesar de haver um inquinamento do processo há também uma tentativa de haver uma representatividade que foi afunilada partidariamente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu dizendo aos presentes para terem esperança no futuro e para perspetivarem isto como um avanço, ainda que pequeno, perante os inúmeros entraves que este processo da regionalização vai ainda sofrer até que seja completado. Concluiu a sua intervenção mencionando que este passo foi dado contra as perspetivas de muita gente, de um país que é macrocéfalo e que é centralizador. Portanto é um trabalho que terá de ser feito por cada um dos presentes na sua esfera, tentando cada um fazer o melhor que puder e que souber. -----

Terminadas as intervenções foi feito um intervalo de cinco minutos tendo os trabalhos recomeçando às dezasseis horas, com a entrada no **ponto dois da ordem do dia** concernente à **eleição indireta do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte**. -----

O ato eleitoral foi aberto, tendo decorrido com normalidade e sem ocorrências a registar. Os eleitos locais foram chamados a votar de acordo com a ordem do caderno eleitoral. ---

Às vinte horas o Presidente da Assembleia Municipal encerrou o ato eleitoral, e a Mesa procedeu à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: -----

Número de eleitores inscritos: Trinta e três. -----

Número de votantes: Vinte e sete. -----

Número de votos por candidatura – António Augusto Magalhães da Cunha: Onze. -----

Número de votos em branco: Quinze. -----

Número de votos nulos: Um. -----

O resultado da votação foi afixado na porta do Edifício dos Paços do Município e comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nos termos dos números 1 e 3 do artigo 22.º do Anexo da Portaria n.º 533/2020, de 28 de agosto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte horas e trinta minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----



Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo



1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho



2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira